

## O DIREITO À MORADIA NO BRASIL E NO MUNDO

Entrevista com Raquel Rolnik [São Paulo, 26\_08\_2008] | por Manoel Lemes da Silva Neto

Arquiteta e urbanista | Professora doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP | Relatora especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia | [raquelrolnik@usp.br](mailto:raquelrolnik@usp.br)

Arquiteto e urbanista | Professor doutor do Programa de Pós-graduação em Urbanismo CEATEC PUC-Campinas | [manoel.lemes@puc-campinas.edu.br](mailto:manoel.lemes@puc-campinas.edu.br)

## O DIREITO À MORADIA NO BRASIL E NO MUNDO

Entrevista com Raquel Rolnik, por Manoel Lemes da Silva Neto

A motivação para esta entrevista foi o fato de Raquel Rolnik ter assumido recentemente o posto de Relatora Especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia ([www.direitoamoradia.org](http://www.direitoamoradia.org)). Considerando sua nova função e toda sua experiência profissional e acadêmica, Manoel Lemes propôs três temáticas importantes a serem tratadas: uma primeira com relação às ações junto ao Conselho dos Direitos Humanos e à Relatoria Especial para acompanhar a implementação dos direitos econômicos e sociais, entre os quais o da moradia; uma reflexão sobre a questão habitacional e a política urbana no Brasil; e finalmente uma reflexão teórica e as inquietações intelectuais da entrevistada a respeito dos problemas da cidade.

**MANOEL LEMES:**  *você menciona que entre as suas preocupações, ou que a sua tônica nesta relatoria, estaria em ações propositivas e políticas. Quer dizer, você prossegue*

*o trabalho do seu antecessor, mas também traz ações propositivas e políticas. Também há a possibilidade de apresentar uma plataforma para resolver conflitos, tanto aqueles relacionados às denúncias de violação dos direitos da moradia, mas também quanto ao equacionamento de problemas que impedem implementar os direitos econômicos e sociais de forma completa. Raquel, você pode antecipar estratégias ou pistas de como conciliar essas particularidades, as situações de contextos locais à universalidade dos problemas mais diretamente relacionados à moradia? Ou, dito de outra maneira, como colocar em curso propostas práticas, de natureza conjuntural, localizada, mas num cenário estrutural do modelo econômico atual?*

RAQUEL ROLNIK Bom, primeiro, entendendo o que é essa Relatoria do Direito à Moradia e o que significa, ela foi criada como um mecanismo do Conselho de Direitos Humanos para poder monitorar a implementação dos direitos humanos. Então, ela começa com os direitos civis e políticos, que eram

os mais tradicionais, e depois os direitos econômicos e sociais, e, entre eles, o direito à moradia. Estes mecanismos, denominados *special procedures*, são mecanismos para mobilizar o que eles chamam *independent experts* – pessoas independentes que de alguma forma conhecem esse campo e que têm uma possibilidade de – porque a questão da independência é fundamental? –, independentemente de países, qualquer país, na sua origem, independentemente da própria estrutura da ONU, da própria estrutura do Conselho de Direitos Humanos, apreciar as distintas situações tendo como diretriz fundamental os tratados e as convenções que foram firmadas pelos países. Então, a questão da universalidade já está colocada na natureza desse cargo. Quer dizer, esse cargo se aplica sobre países que foram signatários de convenções e de tratados que formulam uma espécie de guia de princípios básicos em relação aos direitos fundamentais do homem.

#### **Um arcabouço...**

RAQUEL ROLNIK Então, esse arcabouço, um arcabouço legal, foi construído no âmbito diplomático dos países na ONU e dentro do sistema de direitos humanos da ONU. O Alto Comissariado para os Direitos Humanos é um escritório que apoia o Conselho de Direitos Humanos, mas o Conselho é feito por países que ratificaram esses tratados e pertencem à ONU. O mandato do direito à moradia foi estabelecido há sete anos; ele não é dos mais antigos, é bem recente –, quando foi estabelecido o mandato, ele também foi definido e aprovado dentro do Conselho sob a forma de uma definição do que é o direito à moradia e o que deve ser visto. É claro que isso, como em todos os documentos da ONU, tem uma enorme generalidade, justamente para poder se adaptar às distintas culturas, às distintas conjunturas e, inclusive, aos distintos modelos econômicos e políticos dos países. Então tem certa

generalidade, mas tem um fundamento, e toda ação do relator é baseada na interpretação desse fundamento e na aplicação desse fundamento, que tem uma natureza jurídica, e aí já começa um primeiro grande desafio para mim. Quer dizer, eu sou uma arquiteta, uma urbanista, não sou uma jurista, não venho do campo dos direitos humanos. Eu venho do campo da luta pela moradia, como profissional e como militante, então, para mim, já é um campo novo dentro dessa área. Para eu te dar um exemplo, uma das grandes batalhas desse mandato é pela justiciabilidade da aplicação desses direitos. O que quer dizer isso? Quer dizer que poucos países, embora reconheçam que o direito à moradia existe genericamente, não transformam isso em possibilidades concretas de cidadãos que veem violados esse direito demandaram esta aplicação perante a Corte de Justiça, isto é, entrar no Judiciário reclamando que foi violado o seu direito à moradia e, com isso, ganhar processos contra o poder público ou contra privados. Então uma das lutas no campo do Direito é essa: pela justiciabilidade. Agora, evidentemente, aí vai a minha reflexão e a minha entrada dentro desse campo. Parece-me que a questão do Direito à moradia, para além da questão dos direitos fundamentais da pessoa humana, da dignidade etc., está intimamente ligada a um modelo de organização da sociedade e, principalmente, com um modelo de organização do território que nega para a maior parte das pessoas do mundo – porque nega para as pessoas com poucos recursos econômicos e financeiros, que é a maior parte das pessoas do planeta – o direito de conseguir se inserir dentro desse território de uma forma adequada. Isso vale para o urbano como vale para o rural. Quer dizer, a mesma luta do posseiro, do pequeno agricultor familiar – que é incapaz de manter seu vínculo com a terra, com a sua propriedade, de forma produtiva e sustentável, para que ele possa tirar dali seu sustento e da sua família –, do

favelado ou do morador num assentamento precário urbano que, embora more na cidade, não é reconhecido como uma parte integrante e inequívoca da cidade. Então, acho que esse direito está intimamente relacionado a não só às situações do modelo econômico geral do país, à prevalência da ideia da terra, seja terra rural, seja o solo urbano como uma mercadoria e, portanto, o acesso ao solo urbano como algo que se mede apenas pela quantidade de recursos econômicos e financeiros que a pessoa tem, e não como a necessidade fundamental que os homens e as mulheres têm, a humanidade tem, de ter acesso ao território, pleno acesso, para sua sobrevivência e de sua família. E mais do que sua sobrevivência, o seu desenvolvimento, não é? O seu desenvolvimento humano, seu desenvolvimento econômico, seu desenvolvimento cultural, seu desenvolvimento espiritual... Dessa forma, podemos ver o vínculo desse tema com as políticas territoriais, políticas de planejamento urbano, políticas habitacionais, políticas de moradia, políticas fundiárias, políticas de solo urbano. Por quê? Porque é no campo do Estado e das políticas públicas que esta questão deve ser abordada, na medida em que é para isso que existe Estado – para reequilibrar situações que, no âmbito puramente do mercado, são completamente assimétricas e desiguais. Então a função do Estado é procurar equilibrar, e aí, a depender do modelo de Estado, isso pode se atenuar levemente ou reequilibrar mais claramente, mais intensamente, esses desequilíbrios e essas assimetrias. Então, acho que um importante foco da relatoria é incluir a ideia, o conceito de que existe um direito à moradia, independentemente da condição econômica, da condição étnica, da nacionalidade, de outros requisitos que na verdade funcionam hoje em nossa sociedade como bloqueios para isso. Isso (a moradia como um direito humano) não está pautado no nosso campo, no campo da política urbana

e habitacional. Então, eu, que trabalho há mais de trinta anos com política habitacional e política urbana no Brasil, na América Latina, no mundo – eu participo desse debate –, eu nunca vi isso ser claramente colocado. A ideia de moradia, o direito à moradia, que, no fundo, é o direito a um lugar na cidade, um lugar no território, eu nunca vi ser colocado como um direito, como princípio, como ponto de partida. Mesmo as políticas habitacionais são vistas como um problema de financiamento, de crédito. Então, eu tenho um grande desafio nessa relatoria que é trazer o conceito do direito à moradia, da noção do direito à moradia para dentro das políticas habitacionais urbanísticas, para dentro do debate que se dá na nossa sociedade sobre o seu território. Até hoje, e o trabalho do Miloon Khotari, meu antecessor, foi um trabalho excelente de estruturação da relatoria, de afirmação dessa relatoria, de enraizamento dela junto às entidades da sociedade civil que militam por isso, que lutam por isso, mas ainda num círculo muito restrito. Então, acho que tem um enorme desafio de ampliar isso muito mais, e poder deixar isso mais acessível, numa esfera mais ampla, para que governos e cidadãos em geral reconheçam a moradia adequada como um direito humano, claro que levando em consideração as particularidades de cada situação.

**Esta é a universalidade.**

RAQUEL ROLNIK É. Óbvio, quer dizer, não tem receitas. E a coisa que mais combato é essa ideia de modelo de urbanismo, urbanismo modelo, modelo de política habitacional.

**É muito instigante tudo isso. Ainda há muitas coisas para lhe perguntar, mas você já deu um belo panorama que até resume tudo o que eu queria lhe perguntar. Você está antecipando diversos assuntos que eu coloquei no roteiro, então, vamos continuar?**

RAQUEL ROLNIK Isso, vamos lá.

**Raquel, segundo o relatório de seu antecessor, 6,5 milhões de brasileiros – segundo você 7 milhões – moram em favelas. É 40% do déficit habitacional. Acredito que, se for essa estatística, não estão incluídos nem cortiços, nem domicílios improvisados...**

RAQUEL ROLNIK Nem loteamento irregular, nem casa construída em loteamento regular, nada disso. Para mim, são 12,5 milhões de moradias.

**Compreendo. Incluem todas essas outras categorias que não estão consideradas.**

RAQUEL ROLNIK Exatamente. O que eu chamo de alguma forma de assentamento precário.

**Está bom. Então, 40% desse déficit de 7 milhões estão no Nordeste. Por outro lado, você afirma em alguns lugares que 6 milhões de casas e apartamentos encontram-se vazios. E também afirma que 60% da produção da moradia no Brasil é irregular. Quer dizer, resgatando a contribuição que você deu em seu livro *A cidade e a lei* para o entendimento da política urbana e do urbanismo, essas cifras são provas incontestáveis das irracionalidades da gestão territorial.**

RAQUEL ROLNIK Exatamente.

**Então, com base na sua vivência, tais irracionalidades, ou irracionalidades semelhantes, poderão marcar os desafios que você vai encontrar nessa sua nova empreitada?**

RAQUEL ROLNIK Claro!

**Em que dimensões essas políticas poderão ser exploradas? Você já tem alguma pista? A relatoria é relativamente recente. Essa experiência a que você se referiu, de implantar tais marcos regulatórios internacionalizados, pelo menos nos países signatários, é relativamente recente, mas, desde já, você pode identificar algumas irracionalidades dessa natureza? De que tipo elas são, Raquel?**

RAQUEL ROLNIK Acho que a situação brasileira mostra muito claramente, ela não é absolutamente uma exceção, vejo hoje pelo panorama do que a gente tem no mundo que é disso para pior, porque nós temos 1 bilhão de favelados no planeta, ou mais ou menos isso, e a tendência, na medida que justamente agora o processo de urbanização da Ásia e da África, que eram ainda os continentes mais rurais, o processo de urbanização está acontecendo agora, aquilo que nós, na América Latina, vivemos nos anos 1970. A gente sabe o grau de pobreza e desigualdade em que isso ocorre na Ásia e na África, então a perspectiva de que o processo de favelização e de precarização dos assentamentos humanos será crescente é uma perspectiva muito grande, muito premente. E, a coisa mais contraditória, acho que é isso que a gente chama de irracionalidade, embora seja verdade que boa parte da precariedade tem a ver com a pobreza, com a existência da pobreza, não é exatamente nos países mais pobres em que a gente encontra as piores situações. O Brasil não é um país pobre. O Brasil é um país rico. O problema do Brasil não é a pobreza, a falta de recursos. O problema do Brasil é a desigualdade. Acho que, por exemplo, o caminho que a Índia está trilhando nesse momento é muito próximo a esse, ficando cada vez mais desigual embora crescendo, embora com uma economia em crescimento, em desenvolvimento. Então, a irracionalidade do processo – é claro que a gente tem que assinalar que existem países pobres que não têm condições econômicas, dinâmicas econômicas, tem muitos países africanos nessa condição. Tem situações na Ásia assim também. Na própria América Latina também temos países pobres. Agora, não é ali que mora o grande problema. O maior problema mora nos países em processo de desenvolvimento econômico, e que esse desenvolvimento econômico se dá de forma excludente. E, particularmente, a questão da terra e dos

imóveis, quer dizer, a questão imobiliária, ela é particularmente sensível dentro dessa questão. Por quê? Porque a terra, a concentração da terra, seja ela urbana ou rural, ela é, tem sido historicamente e continua sendo, um dos mais vigorosos elementos de concentração de poder. De poder econômico e de poder político. É o controle do território. Então, não é à toa que justamente a questão da terra é uma das mais sensíveis, e quanto maior a dinâmica econômica, mais valor tem a terra, quem tem menos recursos não consegue aceder a ela. Acho que isso é o elemento que aparece claramente como origem da irracionalidade. Agora, como se nós já não tivéssemos também, há mais de cem anos, um pensamento – isso está na origem da disciplina do urbanismo –, um pensamento que procura, apesar de a terra ser um dos sustentáculos do processo de valorização do capital, procura intervir garantindo uma espécie de publicização da produção da cidade e da produção do parque imobiliário de tal maneira que você tenha um produto final, cidade ou assentamento humano ou aldeia, que tenha uma qualidade, e que tenha uma qualidade para todos. Então, o urbanismo, ele nasce pensando na definição do espaço público, do equipamento público, da infraestrutura pública, da condição de uso daquele espaço de forma coletiva. E em muitos países do mundo, eu diria, todos os países que hoje não apresentam um déficit habitacional tão extremo como esse que nós temos aqui, usaram mecanismos, instrumentos de manejo do solo urbano dentro de seu quadro de planejamento urbano. Eu posso citar a Inglaterra, eu posso citar a Espanha, eu posso citar a França nos bons tempos, porque agora já está tudo desmontando, usaram, mobilizaram isso para garantir, principalmente na segunda metade do século XX, quando montaram os seus Estados de Bem-Estar Social, que as pessoas tivessem acesso à educação e à saúde, mas também a uma moradia ade-

quada, e usaram para isso recursos financeiros, mas também intervenção no mercado de terra, no mercado de solo, trabalharam isso por dentro das suas matrizes, das suas regras de urbanismo, de parcelamento do solo. Agora, na América Latina, em muitos países da Ásia, também da África, a gente pode ver também no Oriente Médio, eles não têm limite. Quer dizer, o capital pode se desenvolver, e não tem pacto nenhum. O pacto que aconteceu na Europa entre trabalhadores e capital para montar o Estado de Bem-Estar Social aqui nunca aconteceu. Então é o salve-se quem puder. E essa matriz, evidentemente – você pode pegar em qualquer país do mundo –, o lugar onde o cara recebe um salário que é abaixo do nível da sua subsistência e o Estado não subsidia nada a sua inserção urbana, o povo constrói com seus recursos, e o que o povo constrói é de uma precariedade total e absoluta. Ao mesmo tempo há um enorme investimento no mercado imobiliário. E daí a contradição. Como nós, que temos no Brasil 6 milhões de casas e apartamentos vazios e 7 milhões de favelados! Não é possível. É um descalabro. É um despropósito, entretanto é um despropósito estrutural, do nosso modelo.

#### **Colonial.**

**RAQUEL ROLNIK** Que vem do sentido espoliativo da colônia, que vem de não termos pactuado o território. O que a gente está assistindo hoje melancolicamente ali, na Raposa Serra do Sol, quer dizer uma discussão... A discussão nem deveria se colocar, se aquela terra é daqueles grupos indígenas ou não. Poxa! É dos grupos indígenas. Quer dizer, quem entrou lá depois, ocupou, invadiu. Então, acho que isso nunca foi estabelecido claramente entre nós, e deveria! Ela acontece nas margens, nas lutas das comunidades indígenas para poderem demarcar seu território, na luta das comunidades quilombolas para verem reconhecidas e regularizadas suas terras,

enfim, lutas sempre muito precárias, muito minoritárias, e com muito pouco apelo, mas estão aí.

**Você disse também do mundo asiático, do mundo árabe, que são seus desconhecidos, e eu imagino mesmo como grandes desafios. E a dimensão cultural parece ser uma questão central no que diz respeito a moradia. Você já tem alguma reflexão elaborada de como abordar esses dois mundos em específico? Tem outra questãozinha – eu não sei se eu deveria colocá-la...**

RAQUEL ROLNIK Fala, fala...

**E aí você escolhe. Você vê a abordagem que tem a ver com essa sua imersão planetária, porque a questão é ampla. Você mencionou, em uma de suas entrevistas, a intenção de dedicar-se mais aos problemas da África e da Ásia, e surpreendeu-me o que você acabou de dizer sobre a possibilidade de equiparar-se essa urbanização galopante com a que ocorreu na América Latina. Isto é, a forma como foi conduzida essa urbanização galopante, a opção por uma política territorial descolada, desapegada do planejamento e da gestão, e que isso parece motivar você em discutir políticas urbanísticas de acesso ao solo urbano possíveis nesses continentes, justamente para evitar o caos que nós enfrentamos. Agora, na posição de relatora de um organismo internacional, como você pretende lidar com um risco possível de ser interpretada como portadora de um modelo, já que estamos trazendo uma experiência latino-americana, digamos assim, de gestão? E eu acrescentaria um contraponto. Há previsões de que Lagos, na Nigéria, será em breve a terceira maior cidade do mundo, e ela vive do lixo, do lixo ocidental, e especialmente do lixo eletrônico que é desembarcado ali cotidianamente. Lá, as condições de moradia e de saneamento são bárbaras e de proporções inimagináveis. Nesse cenário, que é sistêmico, e que envolve agentes hegemônicos, há saídas?**

RAQUEL ROLNIK Em primeiro lugar, para poder topar entrar num empreendimento como este, como esta Relatoria, a gente tem que acreditar que

o direito à moradia é alguma coisa que pode ser implementável no planeta.

**Essa é a utopia, não é? Utopia no sentido de projeto.**

RAQUEL ROLNIK É, exatamente, porque quando a gente começou a discutir qual seria a estratégia, onde que poderiam ser as missões, não tem nenhum país no mundo que não tenha problemas de moradia. Inclusive, hoje, na Europa, isso está sendo um problema seríssimo. Os sistemas públicos e subsidiados estão recrudescendo, estão sendo desmontados, nós temos várias denúncias de violação dos direitos à moradia que chegam ao relator. Da Itália, da Espanha, dos Estados Unidos. A crise imobiliária norte-americana, que todo mundo comenta como um problema financeiro, ela tem um efeito concreto. Está cheio de gente sem casa, na rua, perdendo a casa em função da crise das hipotecas. Isso tem chegado muito. Então, o que eu quero dizer com isso é que desconheço se existe algum país completamente imune. Quando não é o problema do país e de sua própria população. Nós temos a situação dos imigrantes. Países que têm uma condição de moradia adequada para a maioria dos seus moradores não garantem condições de moradia para os imigrantes, sobretudo os imigrantes ilegais que vivem em situações muito precárias. Existem grupos, como os ciganos, na Europa, que até hoje, em países como na Europa do Leste, ou mesmo a Itália, são discriminados, são perseguidos, não têm lugar. Enfim, isso é só para dizer que é amplíssima, é muito ampla a questão da moradia, e que, evidentemente, sendo um relator apenas uma pessoa, não é possível apenas através das missões nos países específicos (duas por ano) que a gente vai conseguir trabalhar e ter alguma possibilidade de avançar dentro dessa pauta. Por isso, respondendo um pouco a tua questão, acho que a estratégia que nós estamos desenvolvendo, além

de ser uma estratégia de trabalhar muito a partir de uma rede vasta de parceiros que já atuam dentro desse campo, trazendo o conteúdo do direito à moradia para dentro de sua ação, tanto na área da cooperação internacional, da ONU e tal, como com os próprios países, ONGs, sociedade civil organizada etc., mas também começar a trabalhar através de alguns eixos temáticos, porque um grande número de países apresenta o mesmo tipo de situação. Por exemplo, tem várias formas de abordar o problema. Um eixo temático que eu posso dar como exemplo é o tema dos megaeventos, como Olimpíadas, Copa do Mundo etc. São megaeventos que mobilizam muito, muito recurso, muita gente etc., e cuja maioria, para poder acontecer, simplesmente expulsa um monte de gente da sua casa, sem nenhuma alternativa de volta... Parece, mas isso não foi confirmado, e eu preciso realmente ter confirmação disso, que 1,5 milhão de pessoas foram deslocadas em Beijing por ocasião das Olimpíadas, não só das Olimpíadas, mas também em função de todo o desenvolvimento imobiliário em torno dos investimentos dos Jogos Olímpicos. Não só o estádio e as casas todas que foram destruídas, bom, enfim, onde elas estão? Onde elas foram reconstruídas? Para onde foram essas pessoas? Essa é uma grande questão, e é uma questão que vai pegando vários lugares, vários países, e que pode ser um tema unificador. Um outro tema muito importante é o da reconstrução pós-desastre, pós-cataclismo e pós-guerra, pós-conflito, porque – e isso eu já tive oportunidade de participar, quando eu trabalhei em El Salvador e no Kosovo – tem um afã de rapidamente reconstruir condições de moradia, restituir moradia naquela situação extrema, seja por destruição seja por guerra ou por cataclismo, mas o tema do direito à moradia introduz elementos mais complexos nestas equações.

### **São formas de colocar a questão.**

RAQUEL ROLNIK Exatamente. Então, aí você tem várias situações. Uma outra, muito importante, é toda a discussão da mudança climática – eu não tinha me dado conta disso – o efeito das mudanças climáticas sobre a moradia adequada é muito grande. Só para dar um exemplo, a maior parte das favelas do mundo está em áreas bastante vulneráveis a enchentes, que em determinadas localizações estão se agravando como uma dos efeitos do aquecimento global. Existem também países-ilhas, tem ilhas no Pacífico, no Índico, que são pequenos países, e que estão desaparecendo.

### **Submergindo?**

RAQUEL ROLNIK Submergindo! O norte do Canadá e o norte da Rússia também já estão submergindo. E são cidades que estão submergindo, e aí também como é que nós vamos nos preparar para deslocar essas massas humanas que vão se deslocar. Vão ter que se deslocar. Então, acho que esse é um tema importante também, e, quando a gente fala de mudanças climáticas e a questão da moradia, não estamos falando, por incrível que pareça, no Brasil, que está longe ainda dessa história, porque não está na lista dos 100 países mais atingidos, mas tem 100 países de alguma forma atingidos por esse processo de mudança climática.

### **Ou seja, quase 50% das nações do mundo?**

RAQUEL ROLNIK Exatamente. Ou porque tem processos de mudança no bioclima e na fauna e na flora que impossibilitam regiões que antes eram habitadas de serem habitadas, desertificação, por exemplo, que tem muito isso, ou em função da cota e do aumento do nível do mar, dos rios e dos lagos decorrentes dos lugares que estão submergindo, então entre uma coisa e outra são 100 países. E como é que fica a situação desses países?



**Isso não é mostrado pela mídia, não é?**

RAQUEL ROLNIK Pois é, por isso que estou falando. O grande desafio...

**O lado biofísico sim, mas isso não.**

RAQUEL ROLNIK É, como é que a gente trabalha com essas questões que estão colocadas hoje para nós como civilização, como planeta e como futuro da civilização e do planeta, levando em consideração que esse tema “moradia” existe. Então vai desde esse conjunto de ameaças de expulsão e, de fato expulsão, remoção forçada, de populações inteiras, em função de desenvolvimento... Por exemplo, para construir uma hidrelétrica. No Brasil, nós temos inúmeros exemplos. Temos uma guerra ali em Alcântara com as comunidades quilombolas em função do estabelecimento da base de lançamento de foguetes. Exatamente é isso. Você tem hidrelétricas e barragens toda hora sendo construídas e inundando territórios e comunidades inteiras. Isso também aparece. Então, o que é isso? Isso é remoção em função de desenvolvimento. E desenvolvimento urbano que remove. Vai tirando tudo pela frente. A questão fundamental não é apenas fazer ou não a obra, mas como respeitar o direito à moradia adequada nestes contextos! Estamos produzindo uma cartilha sobre isso e que deverá estar disponível no website da Relatoria, em construção!

**Além da internacionalização do território, porque comunidades inteiras também são deslocadas.**

RAQUEL ROLNIK São!

**Em razão da apropriação, por estrangeiros, da terra urbana nacional.**

RAQUEL ROLNIK Também! Quer dizer, tudo isso são questões que precisam vir à tona, que precisam ser chamadas à atenção, e acho que uma grande

missão é, primeiro, levar as próprias comunidades à noção de que elas têm o direito àquele território.

**Isso vale para as especificidades do mundo árabe.**

RAQUEL ROLNIK Exatamente. Agora, claro que os regimes de propriedade e sua relação com as estruturas familiares e suas estruturas de herança podem variar tremendamente...

**Mas o fulcro é o mesmo.**

RAQUEL ROLNIK Mas a questão fundamental é a mesma. A questão fundamental não é o direito à propriedade, mas é o direito ao acesso à terra, e não à propriedade da terra. Então, eu acho que, com isso, a gente consegue abarcar um conjunto de situações.

**Agora, falando um pouco do nosso caso tupiniquim. Na história recente da política urbana brasileira, em que você foi um personagem – você ainda é um personagem atuante –, uma das conquistas importantes foi a aprovação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.**

RAQUEL ROLNIK Sim.

**O mecanismo central do sistema parece ser o envolvimento das três esferas de governo para implantar o sistema. Então, isso indica que o tema da moradia de interesse social, ou melhor, um problema estrutural a ser resolvido, que é esse, está fortemente relacionado ao pacto federativo. Esse é o ponto? Está relacionado à questão fiscal brasileira e à repartição do bolo orçamentário? Na verdade, estamos falando da questão da propriedade e que a implementação de algum instrumento justo para solucioná-la está relacionado ao pacto federativo e à questão fiscal brasileira. Eu gostaria que você se manifestasse a respeito. E o problema habitacional, que é político, é visto no rol das ações de bancos, financeiras, como você mesma mencionou. Porém, como arquiteta, como você vê o problema do projeto da habitação?**

RAQUEL ROLNIK Então vamos começar por essa primeira dimensão, que é a questão federativa, e a questão da distribuição dos recursos. Eu estou justamente escrevendo sobre isso nesse momento.

### **É um artigo?**

RAQUEL ROLNIK Um artigo. Estou escrevendo exatamente sobre isso, sobre os limites e obstáculos para a implementação de uma reforma urbana no Brasil, e me parece que, no centro das dificuldades da implementação do estatuto da cidade e dos mecanismos que permitiriam a ampliação do acesso à terra e à moradia no nosso país, está a relação perversa que se estabelece entre o nosso sistema político, da nossa democracia, e o nosso sistema federativo, especialmente no que se refere à gestão do território e também no que se refere aos recursos para investimentos em urbanização (observação – o artigo, completo foi publicado na revista *EURE* de abril de 2009). A princípio, o uso e ocupação do solo está sob domínio do município, só que nós temos um sistema federativo completamente subdesenvolvido, porque a gente chama de município São Paulo, que tem 10 milhões de habitantes, e a gente chama de município um pequeno município rural de 800 habitantes.

### **Borá!**

RAQUEL ROLNIK Que são entidades cuja natureza é radicalmente distinta e eles têm a mesma competência, a mesma responsabilidade, as mesmas fontes de ingresso de recurso. Evidentemente as que existem não servem nem para Borá nem para São Paulo. Primeiro, é subdesenvolvido o sistema, as unidades e o jeito que a gente pensa essa questão do município. Segundo, o que os recursos que os municípios dispõem para investimento em urbanização em termos de receita própria é absolutamente zero. As fontes de receita municipais, que são IPTU, ISS, fontes de receita própria, primeiro, só valem

para municípios que têm uma dinâmica urbana importante, que, dos 5.564 municípios, devem ser 300, no máximo. A gente tem 250 maiores que 100 mil. Claro que entre 150 e 100 tem vários dinâmicos também; 70, 80 mil, também, potentes e tal, principalmente aqui no Sudeste, alguns centros regionais do Nordeste, mas pode ir parando por aí. Cinco mil municípios, com certeza, não têm nem de quem cobrar IPTU, porque a grande riqueza está no campo, e a riqueza do campo não é taxada para gerar recurso para a cidade. O município que é o maior produtor e exportador de soja do Brasil não tem nem um esparadrapo no posto de saúde, e não tem um metro de cano de água e esgoto na cidade. Então isso daí já é um primeiro problema. O município é absolutamente dependente, portanto, de transferências de recursos.

### **Você está falando daqueles municípios do...**

RAQUEL ROLNIK Lá no sul do Pará, Belterra, ali...

### **Em Mato Grosso também.**

RAQUEL ROLNIK É. Do ponto de vista de recursos, então, os municípios dependem de transferências do governo estadual e, principalmente, do governo federal para poder fazer obras de urbanização, que na sua maior parte são transferências voluntárias. Não são transferências compulsórias, como é o caso dos sistemas de saúde e de educação que foram montados, que você sai de um fundo federal a um fundo estadual, e do fundo estadual para fundo municipal na base do *per capita*. Por aluno ou por cidadão. Não é assim. Então, dinheiro para fazer a pavimentação, saneamento, habitação, tudo da área de urbanização depende de transferência voluntária, e todo o processo de transferência é mediado politicamente, numa relação muito forte com o sistema político-eleitoral. Então, a relação entre o sistema político e o sistema federativo que

nós temos em nosso país, o produto disso é o que a gente chama da absoluta ineficiência do ponto de vista da gestão do território e da capacidade de dar condições adequadas para a expansão urbana em cada uma das nossas cidades do país. Acho que isso está no centro da nossa questão, e tem mais alguma outra coisa, que eu tenho citado muito, e a gente arrasta isso desde a opção que foi feita nos anos 1970 nessa área urbana, em pleno período autoritário, que foi uma opção setorialista também. E aí eu dialogo um pouco com essa questão do financiamento – os recursos financeiros para habitação –, o modelo, a gente rompeu, mas não rompeu de fato com o modelo do BNH, com a ideia de que quem faz política habitacional é um banco, como se política habitacional fosse um problema financeiro e não um problema urbano. É claro que é importantíssimo existir um banco de fomento para habitação e desenvolvimento urbano, mas o financiamento deveria ser um instrumento da política e não toda a política!

#### **E de projeto.**

RAQUEL ROLNIK E de projeto. Vou chegar aí. E o nosso setor, a questão urbana, porque, na verdade, o que nós precisamos é de cidade. A gente não precisa de casa, mais cano, mais isso e aquilo. A gente precisa de cidade, e cidade é um todo, e nós não temos recursos para produzir o todo. Não tem programa. Você tem habitação...

#### **Setor.**

RAQUEL ROLNIK Saneamento, lixo, transporte, então a lógica setorial nos mata. Só que todo o modo de funcionamento do Estado brasileiro está completamente estruturado em torno dessa lógica setorial. Os grupos de interesse estão todos estruturados na lógica setorial. Isso até hoje a gente não conseguiu romper, não é? Muito bem. Como que

entra o coitado do projeto nisso? O coitado do projeto está condenado, porque, veja, eu, como princípio e como posição, se tem alguma coisa que eu aprendi na faculdade de Arquitetura é que cada projeto tem que dialogar profundamente com o lugar onde ele está. Para quem ele é e onde ele está. Então, é o contrário de toda a lógica de produção de habitação que foi feita nesse país, que é um modelo, um carimbinho, não é?, que você vai lá no lugar, arrasa o terreno, enfia o carimbinho e põe as pessoas. Para depósito de gente está bom, mas para moradia adequada e cidade não. Então, o que nós produzimos em termos de política habitacional nesse país é uma pena, porque ainda nos anos 1950 e 1960 nós tivemos uma geração de arquitetos modernistas que estavam na vanguarda cultural desse país, propondo, inclusive na habitação social, modelos, formas, desenhos, inovações.

#### **E com os projetos sociais junto, não é?**

RAQUEL ROLNIK Dentro dos projetos sociais, nos projetos. Podemos lembrar do Reidy, do Artigas, de vários arquitetos que projetaram... A arquitetura brasileira teve essa utopia forte. Ela se estruturou em torno dela nos anos 1950 e 1960.

#### **A nossa geração, a sua geração se estruturou.**

RAQUEL ROLNIK É. Agora, parece que, hoje, a arquitetura virou ou decoração de interiores ou decoração de exteriores, porque não é nem mais projeto de cidade, a gente não tem nenhuma arquitetura que vá além da questão do marketing e de venda, e a arquitetura, é uma pena, mas ela perdeu uma hegemonia dentro do campo da cultura, como ela teve no Brasil na época do modernismo, nos anos 1950 e 1960. Agora a gente está vendo as exposições da bossa nova,<sup>1</sup> todo mundo fala da arquitetura. É uma coisa só. Arquitetura estava ali. A arquitetura e a música eram as vanguardas do país. Talvez

a música sempre vá continuar, mas e a arquitetura? O que aconteceu com ela? Então, acho que isso coloca para gente uma responsabilidade muito grande diante disso. E nesse sentido eu me coloco como arquiteta, porque, eu me lembro que uma das brigas enormes que o Joaquim Guedes tinha comigo – ele brigava muito comigo. E ele falava assim, isto que você faz não é arquitetura. Isto aqui não é arquitetura. Isto é política, isto é sociologia. E ele tinha razão, porque nós fomos impossibilitados de fazer arquitetura, e acho que a gente tem que fazer arquitetura, mas não dá, não é? Chegou um momento que isso ficou muito claro. Você não consegue fazer arquitetura se não tiver premissas básicas de um pacto civilizatório, democrático, acertado. Se realmente a sociedade brasileira não se convencer de que todo mundo que faz parte dela tem que ter um lugar adequado para morar, fica muito difícil você batalhar por espaços, por uma boa arquitetura.

**Ter o lugar e o espaço, não é?**

RAQUEL ROLNIK É. Por uma boa arquitetura tem que ser para todos. Não pode ser uma boa arquitetura para meia dúzia. Isso aí não existe. Isso aí dá o que dá. Dá uns guetos, dá umas fortalezas, mas não produz verdadeiros espaços de qualidade.

**Bom, continuando, sua marca pessoal, o que também se vê em seus textos, são interpretações sensíveis de problemas duros enfrentados cotidianamente em nossas cidades. Prova disso é o que você acaba de dizer. A questão da moradia, vista do ângulo de quem vivencia as suas mazelas, é um dos seus ensinamentos. Outro, de que a política urbana tradicional ignora a diversidade e as diferenças e trabalha com a matriz única. Seria bom enfatizar isso para que a cidade seja humana. Aliás, você já respondeu isso, mas, para que as cidades sejam humanas, que pistas você poderia nos trazer?**

RAQUEL ROLNIK É. Eu acho que é importante a gente ressaltar que a nossa matriz urbanística, o

tipo de planejamento urbano que nós praticamos aqui, as regras de uso e ocupação de solo que nós temos, os modelos de política habitacional que temos são excludentes, porque eles jamais dialogaram com a diversidade cultural, econômica e social que existe em nossas cidades, em nosso país.

**Claro!**

RAQUEL ROLNIK Então eu defendo que a gente tenha que fazer planejamento com participação não porque é bonito, porque está na moda, porque é legal, mas porque é a única forma de você realmente abrir isso para poder entrar numa interação mais forte com um modo de produção da vida, da economia e da cidade de todos, é você de fato integrar a todos e ouvir e entender profundamente...

**Entra uma questão de sensibilidade.**

RAQUEL ROLNIK Não é. É uma questão de desconhecimento. Veja, vamos raciocinar cinco minutos aqui: 14%, acho, parece que é essa a porcentagem dos adultos brasileiros que são universitários...

**Acho que menos.**

RAQUEL ROLNIK Acho que sim. Acho que hoje, uns 15%.

**Uns 15% dos jovens em idade de cursar universidade estão na universidade? Pode ser?**

RAQUEL ROLNIK 10%?

**Eu acredito que seja bem menos, mas eu posso calcular.<sup>2</sup>**

RAQUEL ROLNIK Vamos checar.

**Está bom... uma parcela, uma pequena parcela.**

RAQUEL ROLNIK Pequeníssima parcela! Então, quer dizer que a totalidade de engenheiros, arquitetos, geógrafos, advogados etc., que estão no circuito

da formulação das relações políticas pertencem a um grupo muito pequeno, que dialoga só com si mesmo, e para si mesmo, e que pensa o mundo como se fosse a sua imagem e semelhança. E não é. Então eu aprendi que essa minha visão, porque eu sou e venho desses 10% ou 15% que só conseguiria perceber as coisas de outra maneira aprendendo a ouvir, a conversar e a trabalhar com as pessoas que não são do meu grupo social.

**Isso é um ensinamento acadêmico, mas também familiar, não é?**

RAQUEL ROLNIK É.

**Parece que na introdução do seu livro tem alguma coisa relacionada a um ensinamento familiar.**

RAQUEL ROLNIK Claro, mas teve uma abertura, que a minha família sempre teve, mas, por um acaso, por uma sorte, eu tive o privilégio de entrar em contato, via movimentos organizados, movimentos sociais e populares, com o que é cotidiano de periferia, com o que é viver de outra forma, e com isso começar a aprender que tem outras coisas que passam aí. Têm outras necessidades, outras características... Então eu defendo que o processo de interlocução seja amplo, para que essa diversidade possa acontecer, e que a gente possa escapar desse modelo estereotipado.

**No plano e no projeto.**

RAQUEL ROLNIK No plano e no projeto, não é? Na regra, não é? Acho que o exemplo mais simplório que eu consigo dar sobre isso é uma coisa que, na verdade, estou perseguindo há tantos anos e até hoje eu vejo como isso ainda é tão forte assim, não é? Por exemplo, toda a nossa política habitacional, e a nossa regulação urbanística também, ela está baseada na ideia de que uma habitação é uma habitação de uma família: o pai, a mãe e dois filhos; ou o pai, a mãe e

três filhos. Esse é o modelo, que, portanto, todas as formas de arranjos familiares e agenciamentos que não são isso, são considerados déficit. Então, por exemplo, uma parte do déficit que historicamente é calculado no Brasil é o que se chama “famílias conviventes”. O pressuposto é o seguinte: se eu estou morando com a minha avó e o meu tio é porque estão faltando duas casas, e não que tem certa forma de organização social e cultural em que as pessoas podem estar convivendo na mesma casa. Então eu acho que isso é um exemplo absolutamente simples, mas claro, de como é discriminatório. Eu lembro bem dessas pesquisas sobre as comunidades que vivem em torno de terreiros de candomblé, as pessoas moram juntas. São várias unidades, tem vários quartos, ou casas até, dentro dum mesmo terreno, porque para tocar as atividades e as funções do terreiro você tem que ter várias pessoas trabalhando ali. É muito trabalho. Então isso se chama cortiço. Mas por que é um cortiço? Quer dizer, cortiço já num sentido pejorativo, denegrindo, dizendo que está errado, que é subnormal, que é submoradia. Eu não estou defendendo de forma alguma que viva um monte de gente num lugar com um banheiro. O que eu estou dizendo é assim: por que nós não podemos ter um belo espaço, com banheiros adequados e lugar arejado para morar mais de uma família num mesmo terreno, sem ser vertical? Então é um exemplo muito claro e simples do que eu estou chamando de uma atitude discriminatória e redutora.

**Nosso tempo está se esgotando, mas eu ainda queria lhe fazer duas perguntas sobre suas reflexões mais contemporâneas. Uma diz respeito ao seu desligamento da Secretaria Nacional de Problemas Urbanos. Você mencionou certa esquizofrenia na condição da atual política urbana do Brasil. Em outras palavras, o distanciamento, a dissociação entre o que se fala e o que se faz, entre pensamento e ação. Eu posso concluir, ou podemos concluir, que isso**

**comprova que o texto da política urbana reduziu-se a um mero recurso retórico, ou seja, beira ou está beirando um discurso ideológico?**

RAQUEL ROLNIK Eu acho que é mais complexo que isso. Nem acho que a esquizofrenia está mais entre o que se fala e o que se faz. Acho que se faz coisas distintas em direções distintas, contraditórias, evidentemente uma muito mais poderosa do que a outra, mas o que eu vejo é que o discurso do plano diretor, do Estatuto da Cidade, da implementação do Estatuto da Cidade, dos direitos, do direito à moradia etc., que está presente na política urbana hoje no país, ele sofre de um mal que, na verdade, não é só dele, mas também é um traço distintivo da cultura política e técnica no Brasil, que é uma espécie de ambiguidade constitutiva, a gente tem um discurso retórico de afirmação que convive com uma prática em que a sua implementação pode ou não ocorrer a depender dos arranjos que acontecerem na esfera do processo decisório dos investimentos e da distribuição dos recursos etc. Então acho que isso acontece muito claramente no campo do planejamento urbano, dos instrumentos urbanísticos e tal, mas não só. Essa ambiguidade entre o legal e o ilegal, entre o privado e o público, esse terreno pantanoso onde o Brasil se move, onde não é muito claramente estabelecida a fronteira entre uma coisa e outra, acho que é um dos problemas sérios que a gente tem para implementar, uma democracia plena no país, é justamente essa a ambiguidade.

**E esse é o traço esquizofrênico?**

RAQUEL ROLNIK E eu acho que isso no Brasil hoje é assim. Agora, é claro, que essas coisas têm todas vários lados, porque, por um lado, a gente tem uma matriz extremamente conservadora na área do desenvolvimento urbano no nosso país. Aquele modelo BNH, a relação entre o modelo de urbaniza-

ção e investimento de modelo político, como se constitui base de apoio político em cima de investimento urbano, enfim, tudo isso aí é extremamente conservador e não mudou estruturalmente dos anos 1970 para cá, que é uma coisa muito fortemente conservadora até hoje. Quer dizer, o governo Lula, fazendo uma reflexão política, ficou refém de poder se acertar com esse modelo. Sem fazer o acerto com esse modelo não governa. É por isso que Marta Suplicy faz esse acerto com esse modelo em São Paulo, é por isso que Lula faz esse acerto com esse modelo dentro do Congresso. Agora, isso não quer dizer que não tenha elementos de inovação também na política, e que estão em movimento também, que tudo é só conservador e até logo, passe bem. Acho que não. Então, eu vejo, por exemplo, dentro da política urbana brasileira, alguns avanços. Vejo que hoje há muito mais consenso da necessidade de uma regularização fundiária plena das favelas e dos assentamentos do que havia 10 anos ou 20 anos atrás. Quem é que trouxe essa pauta? A luta dos direitos, o Estatuto da Cidade. Veio com isso. Então, acho que não é assim também, que é uma coisa radicalmente separada, que é tudo ou nada. Agora, acho uma pena, muita pena, porque eu penso que a criação do Ministério das Cidades, na sequência da aprovação do Estatuto da Cidade e da Constituição aqui, ela representou uma possibilidade de estruturação do Estado na área do desenvolvimento urbano que até agora não vingou.

**Isso malogra um pouco com a saída do Olívio Dutra, não é?**

RAQUEL ROLNIK É, evidente. Era esse era o projeto do Olívio, da Ermínia. Quando eles saem isso acaba...

**Se desmoroando.**

RAQUEL ROLNIK E aí, entrando no campo das reflexões mais contemporâneas, acho que o problema é o

de reformado Estado mesmo. Da natureza do Estado, e particularmente da área de desenvolvimento urbano, porque a saúde conseguiu se estruturar e criar um sistema. A educação, com todos os problemas que tem – eu não vou dizer que não tem –, mas a educação também consegue se estruturar e começa a criar um modelo, mas na área do desenvolvimento urbano não. O Sistema de Habitação de Interesse Social é uma ilha com muitas dificuldades de ser implementada dentro de um mar na área de desenvolvimento urbano que se apoia em outra lógica.

**A outra reflexão relaciona-se com a Lei de Responsabilidade Territorial, como é que ela interage com o Estatuto da Cidade. Eu entendo que ela tem uma raiz fortemente calçada sobre a noção de patrimônio e ambiente. No entanto, como você já deu a entender, o território é muito mais amplo do que isso.**

RAQUEL ROLNIK Claro!

**Então eu queria lhe pedir que fizesse uma breve análise a respeito do efeito dessa lei na organização do espaço da cidade.**

RAQUEL ROLNIK Acho que até dá para falar uma palavra rápida sobre a questão dessa lei, porque ela é muito importante.

**Ou melhor, projeto de lei, não é?**

RAQUEL ROLNIK É, o PL. Discutir o parcelamento do solo é fundamental. Para a maior parte das cidades, dos municípios do Brasil, é a coisa mais importante que tem. Mais do que plano diretor, mais do que qualquer outro, porque é o processo de *fazer cidade* que nós estamos discutindo com o parcelamento. E, a nossa lei de parcelamento do solo, a atual, e inclusive o que está sendo discutido nesse substitutivo, é extremamente pobre e restrito diante do grau de desafio que a gente teria para enfrentar com esse tema, eu acho fundamental o debate dessa lei. Eu acho que ela completa junto

com a Constituição e o Estatuto da Cidade o conjunto de marco regulatório do urbano, mas no atual estado de redação desse substitutivo, eu não vejo grandes avanços, a não ser no Título 2, que permite que a regularização fundiária se insira dentro do ordenamento jurídico, porque é impressionante o quanto até hoje não dá para fazer regularização. É impossível. Então eu acho que o Título 2 tem um avanço importante (observação – o conteúdo do Título 2 foi aprovado junto com a lei que criou o Minha Casa, Minha vida). Houve uma tentativa de unificar a questão ambiental com a questão urbanística que eu acho fundamental, mas com enorme resistência da área ambiental, que não quer unificar de jeito nenhum. Uma tentativa de unificar a competência do governo estadual e do municipal na área da gestão do território, que também ninguém quer enfrentar de jeito nenhum. Tem uma competição da gestão do território e ninguém quer mexer nisso. Enfim, acho que a lei ela está com extrema dificuldade para poder realmente se constituir como um marco inovador que o país precisa. Talvez não seja um bom momento para votá-la, dada a correlação de forças que nós temos no nosso país hoje. Eu tenho um pouco de receio de que votar a lei do jeito que está vai ser de pouca valia, assim, a não ser realmente para a questão da regularização fundiária, mas aí podia aprovar só uma lei de regularização fundiária e acabou.

**As teses de Proudhon, a questão da moradia de Engels, que foram diálogos que animaram as discussões dos estudantes de Arquitetura... Da minha geração, da sua geração... Então, recuperando esse pensamento clássico, é visível que os problemas relacionados ao acesso ao solo urbano estão ainda presentes e são condicionantes atuais dos direitos de moradia. Quer dizer, aqueles velhos temas mostram-se extremamente atuais, não é?**

RAQUEL ROLNIK Isso, isso.

**Então nesse contexto, o que você pode nos falar sobre a associação imediatista entre propriedade fundiária urbana e direito à moradia? Porque são coisas aparentemente distintas, não é?**

RAQUEL ROLNIK Totalmente distintas. São totalmente distintas.

**Quanto aos fundamentos da propriedade e a sua evolução no Brasil – da concessão de uso, da lei de terras e daí a propriedade privada – o que se espera, ou melhor, quais são as suas esperanças mais largas, mais largas mesmo, quanto à importantíssima inovação trazida com a função social da propriedade urbana? Recuperando essa questão que, sabemos, é explicada desde o século XIX, a evolução da noção de propriedade no Brasil e a função social da propriedade urbana são temas centrais para se compreender e possibilitar o salto qualitativo necessário para alçar o território, o lugar, como direito inalienável de qualquer ser humano. Como você estava dizendo, a sua trajetória política e intelectual no campo das políticas habitacionais converge para o fortalecimento da política urbana relacionada, voltada para a efetividade do reconhecimento dos direitos do cidadão.**

RAQUEL ROLNIK É, é.

**Portanto, hoje, em seu entender, que espécie de direito o homem comum deveria acrescentar aos velhos direitos civis, políticos e sociais, afora a consolidação destes no Brasil? Há mais algum? Há algum direito que está emanando dos movimentos sociais e que pode instituir de fato a função social da propriedade urbana?**

RAQUEL ROLNIK É. Eu acho importantíssimo termos enunciado na nossa Constituição a função social da cidade e da propriedade. Acho que, se a gente for pensar, o regime de propriedade privada no nosso país tem 150 anos. Só. O regime de propriedade privada no planeta tem um pouco mais do que isso, 200 ou 300 anos, antes disso eram outras formas, e assim como essa, as outras formas foram sucedidas por essa, e essa será

fatalmente sucedida por outras. Eu estou plenamente convencida de que não dá para ficar numa posição de que a propriedade privada é absolutamente imutável. Evidentemente ela é a base de organização de um certo modelo de organização da sociedade e que é datado. Veja, eu cada dia mais estou convencida de que nós estamos passando por um momento de crise civilizatória mais séria. Não se trata apenas de uma espécie de desencantamento ou falência dos modelos de Estado que nós tivemos, de esgotamento do tipo de modelo, mas eu acho que, agora, as questões que estão colocadas na agenda são questões mais profundas mesmo, de modelo de estruturação da sociedade, de relação com o território, de relação com o ambiente. Acho que a questão ambiental acabou trazendo mais claramente o limite do modelo civilizatório. Por quê? Porque, no fundo, qualquer questão fundamental do modelo capitalista é produzir bens sem parar, para consumir bens sem parar, e é justamente isso que está em cheque. Se a gente continuar produzindo sem parar e consumindo sem parar não dá. E se o planeta inteiro for consumir sem parar, que era esse o projeto, não vai dar. Não cabe. Bom, então acho que isso começa a colocar em cheque inclusive as bases sobre as quais se assentam o modelo liberal. Acho que nós vamos viver uma crise profunda daqui para frente. Espero, como sempre, que nesse momento de crise profunda se consiga repactuar de alguma forma o lugar de habitantes no planeta. Acho que, se teve alguma conquista que o liberalismo legou para nós – diria antes do liberalismo – que o iluminismo legou para nós, é essa ideia de que, independentemente da sua condição, da sua crença, da sua religião, todos são iguais. Isso é uma ideia absolutamente ausente. Para poder existir, e acho que hoje isso é muito forte, quer dizer, os direitos todos, da diversidade.



Mas ainda falta aqui para nós o direito a ter direitos. Então acho que nós ainda estamos nessa fase. Do direito a ter direitos, que era o mote das lutas da sociedade brasileira dos anos 1970, que é o que escreveu a nossa Constituição e com a qual nós estamos tendo tanta dificuldade agora de implementar, e isso para valer, não é?

**Tem a ver com o que você falou, no início da nossa conversa, da justicialização, não foi?**

RAQUEL ROLNIK É, da justiciabilidade.

**Da justiciabilidade, perdão. Ter direito ao direito.**

RAQUEL ROLNIK É. Se for por essa linha, o favelado teria direito de abrir um processo na justiça contra o Estado e contra, por exemplo, o dono da terra onde ele está. Ao invés de o dono da terra abrir um processo contra ele para tirar ele de lá, porque o direito à moradia dele está provado, não é? Pensa um pouco! Então...

**De novo as irracionalidades...**

RAQUEL ROLNIK É. Enfim, acho que é isso.

**Raquel, você quer deixar uma mensagem para os arquitetos, para os leitores da *Oculum*, para os estudantes lá da Escola?**

RAQUEL ROLNIK Eu tenho uma visão bastante otimista, apesar do quadro que a gente se encontra, e especialmente em relação à política urbana que eu acho que passou por um período de grande baixa – urbanismo, política urbana, planejamento urbano –, mas eu acho que, mais do que nunca, ela é necessária, ela é importante. E acho muito importante que os arquitetos e urbanistas não deixem de lutar por ela e pela implementação de uma política urbana aqui no nosso país e no planeta, porque eu acho que está em cima dessa questão uma possibilidade de poder garantir a todos um lugar adequado para viver em paz e com dignidade.

**NOTAS**

1. Em 2008, comemorou-se os 50 anos da Bossa Nova, ritmo que revolucionou a música no final da década de 50, no Brasil e no mundo (N.E.).
2. Segundo o Censo Demográfico 2000 (IBGE), a população residente no Brasil era de 169.872.856 habitantes. O número de pessoas com curso de nível superior concluído era de 5.890.631, o que equivalia a 3,47% do total da população (N.E.).

